



## **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

### **CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**BRASÍLIA/DF, 07 de JULHO DE 2006.**

#### **ATA DA XVII REUNIÃO DO CONSEA**

1 Às nove horas e cinquenta minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e seis, no Auditório  
2 do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por  
3 convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizado a XV Reunião do Conselho de  
4 Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República,  
5 constituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e  
6 regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303,  
7 de 10 de dezembro de 2004, PRESENTES: registrou-se a presença dos membros representantes  
8 da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch; Ana Lúcia Pereira; Azelene Inácio Kaingang; Carlos  
9 Eduardo Oliveira de Souza Leite; Deizi Maria de Araújo; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar  
10 Gadelha; Elido Bonomo; Francisco Francisco Menezes; Gleyse Maria Couto Peiter; José Ribamar  
11 Araújo e Silva; Moisés Machado; Nadison Quintella Baptista; Regina da Silva Mirando; Renato  
12 Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci  
13 Dantas de Oliveira; Walter Belik; Zilda Arns. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes  
14 dos representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Aldenora Pereira da Silva;  
15 Christiane Gasparini Araújo Costa; Estanislau da Silva Salles; José de Arimatéia Rodrigues;  
16 Pedro Makumbundu Kitoko; Rui Ricardo da Luz. Registrou-se a presença dos representantes do  
17 Ministro no CONSEA: Roque Grazziotin – Ministério da Educação; Gilson Bittencourt – Ministério  
18 da Fazenda; José Geraldo França Diniz – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;  
19 Márcia Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à  
20 Fome; Cleidson Nogueira Dias – Ministério da Integração Nacional; Leinad Ayer – Secretária  
21 Especial de Aquicultura e Pesca; Roberto Vizontin – Ministério do Meio Ambiente; Romeu Olmar  
22 Krich; Jorge Luiz Carneiro de Macedo – SEPPIR. Registrou-se a presença dos membros  
23 observadores: Nides de Oliveira Andrade, Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição;  
24 Thais Francescini, Relatoria do Direito Humano a Alimentação. Registrou-se a presença dos  
25 seguintes convidados e assessores: Alba Luci Rego; Aloísio Melo; Adriana Santos; Alexander  
26 Albuquerque; Cibele Oliveira; Crispim Moreira; Lana Magaly; Leonor Pacheco; Lucélia  
27 Gonçalves; Michele Lessa; Milton Rondó; Onaur Ruano; Rosane Cunha Viana; Terezinha Maglia;  
28 Deputado Federal Feu Rosa; Tânia Mara Ellen da Cruz; Thais Borges; Marco Aurélio Loureiro;  
29 Lea Rocchi Registrou-se as ausências: Altemir Tortelli (Justificada); Ana Maria Petronetto Serpa  
30 (Justificada); Dom Mauro Morelli (Justificada); Edmar Guariento Gadelha (Justificada); Lea Lúcia  
31 Cecílio Braga (Justificada); Malaquias Batista Filho (Justificada); Márcio Lopes Freitas  
32 (Justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada); PERÍODO DA MANHÃ - Aprovação das Atas da  
33 XIII e XIV Plenárias e da Pauta – 9h às 9:30; Informes – 9:30 às 10h; Orçamento de SAN –  
34 Execução em 2005 – 10h às 10:45; Apresentação do Balanço da Execução Orçamentária 2005;  
35 Debate. Projeto de Lei de Alimentação Escolar – 10:45 às 12h; 4.1 – Apresentação da proposta;  
36 4.2 Pronunciamento da Câmara Temática 3 – SAN de Grupos Populacionais Específicos; 4.3  
37 Debate e encaminhamentos. PERÍODO DA TARDE – Orçamento de SAN – Proposta para projeto  
38 de Lei Orçamentária 2007 – 14h às 15:30; Apresentação da proposta do grupo de trabalho e  
39 Coordenadores; Pronunciamento das instâncias, debate desses encaminhamentos Definições

gerais; Estrutura do documento-base; Apresentação da proposta de mobilização; Debate e encaminhamentos; Planejamento do Consea em 2006 – 15:30 às 17h; Apresentação da proposta de Planejamento; Discussão e encaminhamentos. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS. No dia sete de julho de dois mil e seis, no Salão Leste do Palácio do Planalto, em Brasília/DF realizou-se a XVI reunião plenária do Consea. O presidente Francisco Menezes iniciou a reunião saudando os presentes e fazendo as observações à pauta, dando explicações de como iria funcionar, informou a mudança da data que foi alterada, por motivos do jogo do Brasil durante a Copa do Mundo. Observando a proposta de pauta que foi efetuada no início do ano tem como temas principais, discussões sobre o Programa Bolsa Família e orçamento da segurança alimentar e nutricional. Passou-se então ao ponto seguinte sobre informes, em que o presidente Francisco Menezes informou o plenário sobre a tramitação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, informou que o projeto tramitaria pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para então ser encaminhado ao Senado Federal. Dando continuidade informou que já havia se reunido com o Ministro Patrus Ananias, com o presidente do Senado, com o senador Renan Calheiros e com o Senador Cristóvão Buarque, que preside a primeira comissão de Direitos Humanos que irá apreciar o projeto de Lei, com a mais rápida tramitação naquela casa. Informou ainda que irá passar para Comissão de Constituição e Justiça que é presidida pelo Senador Antônio Carlos Magalhães e depois para apreciação final. Fazendo uso da palavra, o Senador Cristóvão Buarque informou que irá agilizar a tramitação do projeto e que todos deveram ficar atentos com a movimentação dentro do Senado. Retomando a palavra, o Presidente do Consea anunciou a chegada do Ministro Patrus Ananias, que fazendo uso da palavra saudou o plenário e falou sobre a satisfação de estar participando mais uma vez no plenário do Consea. Reafirmou ainda as perspectivas de erradicar a fome, a desnutrição assegurando o direito à alimentação, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e ainda vinculou as conquistas ao campo do direito à alimentação, segurança alimentar, direitos sociais na linha do desenvolvimento social, política social mais ampla, desenvolvimento da justiça social e a emancipação do povo brasileiro. Lembrou das boas conquistas do Consea, o programa bolsa família, educação, saúde, ações complementares, o direito à alimentação garantida a famílias pobres, com um pacto firmado com as prefeituras, com a expectativa de implantação de comitês ou dos conselhos de controle social em cada município e mencionou sobre as práticas inovadoras. Informou sobre o importante encontro com os gestores dos CRAAS, dos centros de referência da assistência social, um programa que tem parceria com as prefeituras dentro dos critérios de sistema único de assistência social, o SUAS, expôs ainda que o Consea está procurando a formalização deste programa, como o PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Tornando-se espaços importantes de capacitação profissional, alfabetização, inclusão digital, políticas na linha da inclusão produtiva, economia solidária, geração de trabalho e renda, possibilitando importantes ações complementares da bolsa família. Informou sobre empresas parceiras do Fome Zero, para criar novas sinergias, maximizar os recursos e construir uma metodologia comum que se refere ao trabalho com famílias e comunidades pobres. Com a presença do Presidente da República houve a primeira conferência de economia solidária, a terceira Feira da Agricultura Familiar, o lançamento da segunda tabela brasileira de composição dos alimentos, a tabela passou a contar com mais de 500 alimentos analisado pela Unicamp, com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome com parceria do Ministério da Saúde. Informou, ainda, as pesquisas e as conquistas que tiveram avanço neste período, pesquisa da desnutrição infantil na região do semi-árido, pesquisa da PINAT, pesquisa por amostragem com perspectiva de assegurarmos o direito básico, direito alimentação, qualidade e quantidade, com esta pesquisa 94% das crianças que pertencem às famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, passaram a fazer mais de três refeições diárias, com essas conquistas neste período, são conquista do povo, da sociedade brasileira.

A respeito da aprovação da Losan, Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional. O projeto teve uma apresentação na linha supra partidária, aprovado por unanimidade por todas as comissões por qual tramitou, pela Comissão de Direitos Humanos presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Continuando informou sobre as questões, **integração das armas**, critérios, regras, procedimentos, fiscalização pública, controle social, Sistema Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional, nos moldes do projeto da Losan, com a compreensão integrada das políticas públicas voltadas para a proteção das pessoas, famílias, e comunidades empobrecidas, situação de vulnerabilidade social e alimentar. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especifica o objeto de benefícios e serviços em torno da proteção das pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar e social. Informou que os Ministérios diretamente vinculados à assistência social e a questão dos CRAAS, dos centros de referências e assistência social, programas da inclusão produtiva, geração de trabalho, renda, tem interface com uma linha de programa da secretaria de segurança alimentar e nutricional, programa de apoio a projetos de melhoria das condições socioeconômica das famílias, o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único da Assistência Social e o Sistema de Segurança Alimentar Nutricional agora integrado a estes sistemas, na perspectiva de um objetivo unificador de garantia a dignidade humana, direito a vida, condições as pessoas, as famílias e as comunidades, possam ter uma vida a altura de dignidade. Expôs ainda que este é um desafio da CONSEA no sentido de integrar as políticas de segurança alimentar e nutricional com outras políticas, a Assistência Social, transferência de renda, especificamente do Bolsa Família no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome, a educação, a alimentação, merenda escolar, política de alimentação alimentar, saúde, medidas de proteção relacionada com o Ministério do Trabalho, economia solidária, desenvolvimento agrário, Pronaf, reforma agrária, etc.. Após estas considerações, fez uma reflexão inicial, propondo uma discussão na linha de perspectiva de interesse público do país. Com um desafio importante na perspectiva da normatização na linha da Losan, projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Informou que os programas normatizados tem nível mínimo, básico, através de portarias, decretos, trabalho através de editais, políticas de estado, programas, ações e iniciativas como Consads, Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos, também a compra direta de alimentos, agricultura familiar, vinculado a Pronaf, implantação de equipamentos como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, programa de apoio a agricultura urbana e etc.. Colocou que existem famílias, pessoas e comunidades que precisam de apoio, como receber cestas básicas, por razões culturais, diferenças étnicas e regionais, sendo necessário efetivar a qualidade das cestas e fazer com que elas se tornem políticas públicas integradas no sistema de princípios da Losan. Na perspectiva de discutir a questão do PAA, no sentido de avanço, especialmente com relação ao Leite, onde o avanço é para garantir que o programa tenha efetivo caráter promocional, que garanta comida, condição básica, família, comunidade e outras possibilidades existenciais. Expôs ainda que questões que envolvem o programa do leite que é a rede de proteção básica dos alimentos, os CRAAS, entidades conveniadas, para garantir que o leite e alimentos cheguem efetivamente as comunidades pobres. Informou que estão refletindo e buscando caminhos, priorizando uma corte que abre para o futuro, as políticas de geração de trabalho e renda, ações complementares dos programas especialmente do Bolsa Família. Concluindo suas considerações, o Ministro passou a

134 palavra para o Sr. Francisco Menezes que agradeceu a suas palavras e retomou a palavra  
135 informando que de acordo com as normatizações, reconhece que os próximos avanços  
136 precisam ser imediatamente, enquanto a Losan se concretiza no Congresso. Em seguida  
137 passou-se ao ponto relacionado com questões que o Ministro colocou: Bolsa Família, questão  
138 do orçamento e a questão da conferência. Dada a palavra para o Sr. Renato, este se posicionou  
139 que concorda com as colocações do Ministro, disse ainda que é uma política de segurança  
140 nacional e nutricional, colocando referência de discussão no diálogo entre as áreas de  
141 segurança alimentar, entre um desses eixos que organizam desenvolvimento social. Aduziu que  
142 são questões de perspectivas da integração, eventualmente com princípio unificador, sem  
143 desaparecer. Este é o desafio. Conferência de diretrizes da política aonde tem que estar  
144 pensada. Em seguida passa a palavra para Sra. Silvana Parente, que iniciando suas  
145 ponderações saldou o Plenário representando o Ministro da Integração Nacional, que é  
146 responsável pela coordenação territorial e regional com o desafio de integração de políticas  
147 trabalhando nos planos de desenvolvimento e enfoque territorial. Informou que não tem uma  
148 solução, uma vez que a estrutura do nosso plano Plurianual não permite o tipo  
149 transversalidade, dificultando o Ministério da Integração quando trabalha plano de  
150 desenvolvimento sub-regional que cruza investimentos na área de saúde e educação, não  
151 permitindo planejamento de longo prazo, esse foco da transversalidade, e de alguma pauta que  
152 unifica. Expôs que é necessário um dialogo com **os Governadores a partir de**  
153 **desenvolvimentos sociais sobre questões do semi-árido, em que envolve os**  
154 **Ministros da Sociedade Civil articulado com o Governo e o diálogo dos movimentos**  
155 **sociais, da região considerada pobre, relacionada a segurança alimentar e questões**  
156 **de pobreza.** Continuando colocou que os membros deste conselho tem idéias inovadoras no  
157 trabalho e renda nesta nova pauta proposta. Passando a palavra ao Sr. Roberto Vizentin, iniciou  
158 seus comentários, inicialmente saldando o Ministro por suas palavras e iniciou um debate com o  
159 mesmo, sobre o relatório das Nações Unidas com relação à avaliação ecossistêmica do milênio,  
160 demonstrando a degradação de condições ambientais, os recursos, impactos, falência da  
161 capacidade dos ecossistemas que prestam produtos e serviços ambientais, em questão das  
162 condições de produção material. Em relação a ponto de vista da integração das políticas a  
163 discussão é a questão do próprio desenvolvimento, grupos sociais mais vulneráveis que sofrem  
164 impactos, como a cultura no Nordeste, problema no semi-árido, desmatamento da Amazônia.  
165 Em seguida, fazendo uso da palavra o Conselheiro Carlos Eduardo Leite, começa com a sinergia  
166 do diálogo com Vizentin, afirmando que não poderiam discutir somente sobre o  
167 desenvolvimento social sem pensar no desenvolvimento em bases sustentáveis para o Brasil.  
168 Retomando a palavra ao presidente Francisco Menezes, este passou para o plenário que  
169 deveriam discutir a matéria relacionada aos pontos diversos da pauta, passou a palavra para as  
170 primeiras conselheiras que se manifestaram Conselheiras Zilda Arns e Azelene Kaingang. Dada  
171 a palavra a Conselheira Zilda Arns, esta expôs dizendo que o problema está na falta de  
172 articulações entre os Ministérios, que deveriam se reunir para discutir e trocar idéias sobre a

saúde indígena e que nessa troca de idéias, os projetos vão para frente. Em seguida é passada a palavra para a Conselheira Azelene Kaingang que levanta a questão do Bolsa Família em relação **as recomendações que o Consea faz sobre o Presidente da República com relação as condições**. Informou que discorda com a colocação do Ministro quando se refere à questão dos povos indígenas no Bolsa Família pois é necessário que as providências tomadas sejam para flexibilidade das condições, construção de programas específicos, para que ocorra o avanço do direito humano à alimentação. Retomando a palavra, o Sr. Francisco Menezes passou as informações do III congresso nacional da doença celíaca no período de 25 a 27 de agosto. Retornando para o tema Bolsa Família, **que é um programa fundamental na área de segurança alimentar e nutricional, a importância do programa em relação à preocupação do Consea em relação às famílias pobres**, convidou Rosane Cunha, secretária nacional de renda e cidadania para que fizesse parte da mesa. Conforme já havia mencionado, fez a leitura da proposta da exposição de motivos do CONSEA em relação ao Bolsa Família. Dada a palavra ao Sr. Wilson Matos, suplente da Conselheira Azelene Kaingang, este mencionou sobre a falta de comunicação entre os órgãos e o comitê gestor, ocasionando a não chegada das ações até o povo. Passou-se então a palavra a Conselheira Ana Lúcia, coordenadora da CPII, que se pronunciou sobre os debates já realizados acerca das questões do Bolsa Família, sobre o direito humano à alimentação, que inclui o Fome Zero nos órgãos que discutem a situação das populações negras. Dentre eles, a Fundação Cultural Palmares, a SEPPIR, Funasa, e Incra, dizendo haver a necessidade das três juntas para o programa. **O governo das metas da CP2, realiza o censo quilombola que por conta deste programa estão tentando implementar um dado efetivo de um censo, que deveria ser feito pelo IBGE para o reconhecimento dos órgãos governamentais**. Fazendo uso da palavra, o presidente Francisco Menezes informou que houve uma junção entre as comissões CP5 e CT1 e que as CPs 3 e 4 também funcionam em conjunto. Passou-se a palavra a Conselheira Delzi Castro representando a CP6 Do direito à alimentação adequada, esta mencionou o atendimento do programa Bolsa Família e assegurar os que ainda não foram incluídos no programa de forma prioritária. O presidente do Consea fez o uso da palavra mudando para a Câmara Temática 1, seguindo com manifestação sem identificação, levantando questões relevantes e pertinentes em relação às políticas, PAA, a necessidade de universalização dessas políticas. Dando ênfase no ministério do desenvolvimento agrário, através da SAF, Secretaria da Agricultura Familiar. Passando para a Câmara Temática 02, com manifestações sem identificação, propondo pequenas modificações, garantia de ações de educação alimentar, mencionando a necessidade de identificar as garantias dos indivíduos e de grupos comunitários de extrema pobreza como população de rua e algumas comunidades indígenas e quilombolas, os quais são excluídos pelo programa Bolsa Família, em consequências dos critérios no cadastro único. **Discordando com o exemplo dos Direitos Humanos** por não ter feito exigências de constitucionalidade, ressaltou a necessidade de convencer a atenção básica pelo Ministério da Saúde, para necessidades das gestantes pobres, observando o compromisso

212 da CGPAN, dando ênfase de que o compromisso e interesse por parte do Ministério da Saúde  
213 deveriam refletir dentro do Consea. Passando para a Câmara Temática 03, fazendo uso da  
214 palavra a Conselheira Regina Miranda iniciou fazendo observações em relação às famílias que  
215 não são incluídas ou não se adequam a questão da **capilaridade**, no Bolsa Família, lembrando  
216 que muitas pessoas ficaram de fora porque não possuem registro de nascimento e endereço.  
217 Visando a importância que o Bolsa família tem juntado com as metas de transmissão de  
218 benefício, as metas de ações estruturantes claras, listadas, para as populações, regiões do país,  
219 nível urbano e nível rural e o desenvolvimento no local. Retomando a palavra, o presidente  
220 Francisco Menezes informou que concluíram a fase das instâncias, passando a palavra a Sra.  
221 Rosane Cunha, que iniciou suas considerações saudando a todos, fazendo colocações em  
222 relação aos números de famílias que já estão cadastradas, que na verdade é fruto de um  
223 processo de aperfeiçoamento do programa, que atende as famílias que respondem aos critérios  
224 definidos em lei, lembrando da atualização do cadastro feito no Brasil inteiro, tentando associar  
225 as duas coisas, quem não possui endereço e registro no cadastramento do Bolsa Família.  
226 Levantando questões em relação aos adultos não alfabetizados, que eles tenham prioridade no  
227 Brasil alfabetizado, jovens e adultos. Em relação a integração ao Bolsa Família e com o Brasil  
228 alfabetizado, informou do contato com o MEC em que decidiram novas resoluções do FNDE que  
229 repassa recursos financeiros para municípios, prioritariamente para alfabetizar famílias, adultos  
230 e jovens do Bolsa Família, **juntamente com uma carta do Ministro Patrus e do Ministro**  
231 **Fernando Haddad, para os prefeitos que priorizassem nos seus municípios o Bolsa**  
232 **Família/Brasil alfabetizado**, mencionando duas questões, primeiro é a adequação do Bolsa  
233 Família, e a questão do acompanhamento dessas famílias que ainda não é só Bolsa Família.  
234 Fazendo um trabalho de maneira presente com estratégia de apoio à gestão descentralizadora  
235 do Bolsa Família. Para passar pela adesão, por controle social, indicação do gestor, e o  
236 regulamento do recurso financeiro para apoio de gestão descentralizada. Dada a palavra ao  
237 Conselheiro Edmar Gadelha, que coordenou uma pesquisa sobre o Bolsa Família, apresentando  
238 dimensões de questões de direito, direito humano à alimentação, e a percepção que as famílias  
239 tem desses direitos. Passando a palavra ao Sr. Flávio Valente, este relatou que em especial o  
240 direito humano à alimentação adequada é fundamental para um bom desenvolvimento  
241 nacional, levando em conta a questão da Bolsa para os povos indígenas, esta questão precisa  
242 ser resolvida, impondo cadastramento. Afirmando que o estado brasileiro firmou os tratados  
243 internacionais reconhecendo a indivisibilidade dos direitos, e ao reconhecer isso ele não pode  
244 contrapor ao outro, ou seja, direito à educação, saúde, e direito à alimentação, ao três direitos  
245 igualmente, direitos. E para concluir discordou com a visão de Direitos Humanos de imposição  
246 de condicionalidade que é totalmente inadequada. Em seguida, manifestação sem identificação,  
247 agradecendo o Ministro Patrus pelo esforço que está fazendo, mencionou que as Bolsas não  
248 estão resolvendo o problema dos índios porque estão abaixo da linha de entendimento de  
249 quem recebe, fazendo com que o índice de anemia aumente, **dando a idéia de que fosse**  
250 **implantado um programa da pastoral da criança para a educação alimentar.**

251 Retomando a palavra, o presidente Francisco Menezes passou a palavra para a representante  
252 do Ministério da Saúde, Sra. Ana Beatriz e depois para Adriano Martins e Walter Belik. A Sra.  
253 Ana Beatriz afirmou que o programa tem um desafio maior em relação a condicionalidade para  
254 fazer com que as pessoas cheguem ao serviço de saúde. Reforçando o que a Sra. Rosane  
255 Cunha disse em questão do programa Bolsa Família, essa estratégia do Ministério da Saúde  
256 para a redução da pobreza e para os serviços de saúde para as pessoas é grande, fazendo com  
257 que a cobertura das condicionalidades chegue diante das famílias. **Dada a palavra ao**  
258 **Conselheiro Adriano, este declarou que o Bolsa Família não é um programa**  
259 **adequado para as famílias e que fossem feitas manifestações para que o programa**  
260 **se modifique para se adequar (ele falou isso?).** Passando a palavra ao Conselheiro Walter  
261 Belik, este saudou o Plenário, concordou com a exposição da Sra. Rosane Cunha que mostrou  
262 que o Bolsa Família é um programa bem-sucedido, que estão próximos da meta, ou já  
263 atingiram a meta. Que o programa não é de segurança alimentar e sim um programa de  
264 transferência de renda, é um programa que permite diminuir as desigualdades no país. O Bolsa  
265 Família pode servir como uma fonte onde as pessoas possam alcançar os melhores serviços em  
266 termo de saúde, agricultura familiar, reforma agrária, etc. Dando a idéia de que fossem criadas  
267 outras condicionalidades mais restritas para as famílias que recebem o Bolsa Família. Dada a  
268 palavra à Conselheira Azelene Kaingang, esta reforçou as condições de Direitos Humanos da  
269 alimentação **de motivos (?)**, concordando com o Sr. Flávio Valente na questão do Bolsa  
270 Família em relação aos povos indígenas. Cita a inclusão de comunidades indígenas vulneráveis  
271 no programa Bolsa Família, a preocupação é de que o programa não possa chegar até eles por  
272 motivos de documentação. Por esses motivos à própria condicionalidades para os povos  
273 indígenas, são uma violação dos Direitos Humanos, é impossível que consigam manter esses  
274 direitos se mantiverem essas condicionalidades. O programa avançou na questão dos  
275 programas estruturantes, a carteira indígena, que foi um esforço do conjunto entre Consea,  
276 MDS e governo, conseguiram avançar. Dada a palavra ao Sr. Pedro, expôs que é um programa  
277 realmente bem sucedido apesar de acharem que o programa deixa de fora muitos grupos  
278 sociais. Levantando o índice de pacientes com anemia falciforme, os preocupam por motivos de  
279 que são de famílias carentes. O presidente Francisco Menezes passou a palavra a Conselheira  
280 Zilda Arns para comentário. A Conselheira Zilda Arns se manifestou pedindo referências  
281 importantíssimas para os índios, visando melhorar o programa Bolsa Família, teria que passar  
282 pelo distrito sanitário indígena. Em uma conferência indígena, os índios mencionaram que não  
283 querem o Bolsa Família e sim a implementação da auto sustentação. A carteira indígena se  
284 tornou um sucesso. **Fazendo uso da palavra a Conselheira Sônia expôs que, para o**  
285 **governo a condicionalidade pode ser afronta ao que está estabelecido como Direito**  
286 **Humano, mas para quem coordena um programa e trabalha diretamente com**  
287 **populações diretamente na área da saúde defendemos a condicionalidade afirmando**  
288 **que é fundamental e importante na estrutura de um programa para garantir a**  
289 **alimentação pelo Bolsa Família para melhorar a desnutrição.** Com a palavra, o

290 conselheiro Renato Maluf se manifestou em relação ao tema condicionalidade, dando ênfase a  
291 estrutura do Poder Público, responsabilização de famílias e como instrumento de identificação  
292 de outros programas que não cumprem o não preenchimento dessas condições. A  
293 condicionalidade tem que ser interpretada como uma manutenção e não como um instrumento.  
294 Passando a palavra ao conselheiro Sillas Vieira, que se manifestou em relação ao trabalho das  
295 pessoas que estão mais exigentes e conscientes, exigir um trabalho é avanço, progresso.  
296 Quanto as condicionalidades é preciso ter um cuidado específico na comissão de alimentação  
297 dando hábitos alimentares adequados. Retomando a palavra, o Sr. Francisco Menezes  
298 presidente do Consea, fez uma proposta aos conselheiros em relação à exposição de motivos  
299 sobre a questão de condicionalidade para que cheguem a um consenso. Dada a palavra a Sra.  
300 Rosane Cunha, esta ressaltou sobre a dimensão do Bolsa Família em relação a contribuição de  
301 facilitar o acesso do Direito Humano a alimentação. Mencionou sobre o avanço do Bolsa  
302 Família, **lembrando da relação do Bolsa Família em comunidades indígenas.**  
303 Conduzindo os trabalhos, o presidente Francisco Menezes passou a palavra ao Ministro para as  
304 considerações finais. O Ministro Patrus Ananias, que com a palavra, levantou as questões  
305 colocadas pelo Maluf, a Silvana, Roberto, Carlos Eduardo, Dra. Zilda e Azelene, questões  
306 levantadas do contraditório, diversas visões, experiências e concepções. **Mencionou os**  
307 **pontos importantes que o programa no Brasil está alcançando um patamar superior**  
308 **no campo das políticas públicas sociais. O crescimento da agricultura familiar, no**  
309 **Pronaf, no programa de aquisição de alimentos, compra direta, integração com**  
310 **outras políticas, respectiva ligada ao território dos Consads, da economia solidária.**  
311 **Economia solidária no termo de gerar trabalho e renda, disputar mercado com os**  
312 **grandes grupos econômicos internacionais. (isso é transcrição pura!)** Retornando a  
313 palavra ao presidente Francisco Menezes que iniciou com a conselheira Delzi, que prestou  
314 esclarecimentos e agradeceu a ABRANDH, que é a relatora da Comissão por ter prestado um  
315 serviço relevante e elogiou o trabalho da Thaís por ter feito a sistematização e o registro de  
316 toda a reunião da CP6. **Dada a palavra para Dulce Cunha ressaltou o endereçado**  
317 **documento que não foi mandado para a plenária, porque se utilizou a metodologia**  
318 **do Direito Humano.** Passando a palavra para a conselheira Delzi, com os informes em relação  
319 às estratégias da saúde das famílias, desenvolvimento do Ministério da Saúde. O senhor  
320 Raimundo (suplente da conselheira Ana Maria Placidino) menciona um problema com o Pólo  
321 Petroquímico que está causando um risco para a comunidade de Camaçari - BA, o sinal do  
322 perigo vem com um forte odor, e a contaminação da água. Dada a palavra a conselheira Dulce,  
323 esta esclareceu a importância do trabalho realizado sobre o orçamento, que tenta estabelecer  
324 uma base na segurança alimentar e nutricional com a colaboração do Ministério do  
325 Planejamento e Orçamento, ressaltando novamente a ação da carteira indígena e saudando a  
326 ampla participação dos diferentes Ministérios nas instâncias que discutem este tema. Fazendo  
327 uso da palavra o conselheiro Carlos Eduardo Leite mencionou que os seis eixos de ações, a  
328 questão do PRONAF, focando o ATER, Assistência Técnica de Extensão Rural, a política do

329 ATER, esforço de articulação política da SAF, da Secretaria do MDA, da implementação do  
330 Sistema Nacional Descentralizado de ATER e mencionou sobre os desafios e propostas do PAA.  
331 Com a palavra, o Sr. Silvio **Porto (?)** questionou em relação ao contexto do PAA, que o  
332 programa tem que ser próprio de fato para que consiga avançar em relação à disseminação e  
333 fala sobre o avanço do MDA. Já a conselheira Sônia, fazendo uso da palavra mencionou como o  
334 Sisvan, Sistema de Vigilância Sanitária e Nutricional pelo Ministério da Saúde possibilitou o  
335 atendimento aos estados brasileiros, reduzindo a coordenação de nutrição das Secretarias de  
336 Estado e Saúde e suas Capitais. Discutiu a necessidade de maiores investimentos na área de  
337 alimentação nutricional. Passando a palavra ao conselheiro Ribamar membro do GT de  
338 Orçamento que ressaltou o engajamento do Ministério do Planejamento e que não registrou o  
339 mesmo nível de engajamento e de participação do Ministério da Fazenda. Priorizou três  
340 programas: alimentação escolar, o FNDE, o programa produzir, coordenado pelo Ministério da  
341 Integração, e o programa de economia solidária, focando sempre a alimentação escolar. Dando  
342 a palavra a Sra. Ana Lúcia que fez algumas reivindicações, que havia convidado o Ministério da  
343 Saúde e o INCRA para discutir as ações relacionadas à saúde. Já o Sr. José Geraldo,  
344 representante do Ministério do Planejamento, fazendo uso da palavra, informou a importância  
345 do orçamento quando se trata de um trabalho feito, didático, que procura colaborar com o  
346 Consea nas comissões temáticas e seus recursos. Dada a palavra a conselheira Regina, esta  
347 mencionou sobre a alimentação escolar que deu origem no Consea. **O conselheiro Carlos**  
348 **Eduardo discordou do Sr. José Geraldo com relação do Consea junto ao Governo,**  
349 **porque tiveram um esforço enorme de fazer um trabalho de análise, ver**  
350 **propriedades, porque estão trabalhando com questões prioritárias de governo.**  
351 Novamente com a palavra o Sr. José Geraldo deu ênfase a discussão temática com participação  
352 de cada órgão responsável pela execução das ações, dizendo que não é o Ministério da Fazenda  
353 e nem o Ministério do Planejamento que executam e priorizam essas ações. Passando a palavra  
354 ao conselheiro Werner que comentou sobre o impasse das verbas vinculadas em relação ao  
355 Consea. Já o conselheiro Renato fez uso da palavra para concordar com o conselheiro Werner  
356 em razão da discussão não ser mais técnica e sim política. Como a manifestação é de natureza  
357 política, **o Consea tem um conjunto de demandas, e estas encaminhadas à**  
358 **Presidência da República que por intermédio do Ministério do Planejamento que faz**  
359 **chegar nos órgãos responsáveis por responder a demanda. Visando o esforço no**  
360 **sentido de política de segurança alimentar.** Dada a palavra ao Sr. Roberto Vicentin que  
361 sobre a discussão orçamentária, disse significar que a questão estratégica para se dar numa  
362 discussão do limite global, tem que crescer em função das prioridades da política de segurança  
363 alimentar. Em seguida o Conselheiro Elido Bonomo deu ênfase nas demandas de preferência  
364 antes das discussões dos limites com a Casa Civil, com a Presidência da República, em função  
365 de disponibilizar o limite de demandas reprimidas. Passando a palavra ao conselheiro Renato  
366 mencionando fazer as questões de demanda diretamente ao Presidente da República, e  
367 acompanhá-las, **procurar recuperar o esforço que a contempladas,** foram reduzidos os

seus recursos orçamentários e definir os limites junto com a Secretaria de Planejamento, Gestão e orçamento. Fazendo uso da palavra, a conselheira Zilda discorda em relação ao mencionado que o Ministério da Saúde e Educação são ricos porque têm metas e a verdade é que, se queremos uma saída, é só aplicar muito mais em saúde e educação. Dada a palavra a conselheira Sônia mencionou sobre a proposta de inclusão do aluno de escola pública no programa EJA, Educação de Jovens e Adultos, e o recuso que o PAA passa para PNAE é destinado apenas a gênero, outras atividades que são relacionadas com o programa da educação escolar, como educação nutricional, por enquanto é apenas um projeto não realizado. Passando a palavra para a representante do FNDE/MEC Sra. Albaneide **que colocou como questão fundamental do Consea (?) em alguns itens: o cumprimento previsto na Constituição Federal, que é o atendimento ao EJA e questão do ensino médio para que o Consea tome uma decisão em relação aos recursos financeiros necessários ao atendimento do ensino médio (o CONSEA?). O Sr. José Geraldo apela para a objetividade, que a discussão do planejamento (?) para a 3ª Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida o conselheiro Sillas mencionou sobre o encaminhamento de uma proposta que a própria presidência, Secretaria do Consea encaminhando que a data para a 3ª Conferencia Nacional de Segurança Alimentar, 22 a 25 de Maio de 2007. Dada a palavra ao conselheiro Renato que concorda com a Conselheira Zilda Arns em razão de que é preciso tomar cuidado com o contexto eleitoral para que não interfira na mobilização. (isso aqui ta muito embolado)** Em seguida o Sr. Silas questionou sobre processo eleitoral. O Sr. Roberto reconhece que as questões levantadas em relação a eventuais dificuldades de instrumentalização política que possam ser evitadas para que não seja influenciada no processo de conferência, mas que o processo da Conferência deve influenciar o processo eleitoral. Dada a palavra a conselheira Sônia do ministério das cidades, trabalha com questão de municípios de transfronteiriços dando ênfase aos municípios de área de fronteiras por motivos em que a pobreza lá é maior do que a daqui, normalmente eles atravessam para lá e para cá, e usufruem das nossas políticas públicas também. **Passando a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo, discorda com os conselhos estaduais por que é inviável (?), menciona também sobre o Consea nacional estar chamando a Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional.** Em seguida o conselheiro questiona sobre a necessidade de pelo menos uma pessoa de cada região do Brasil participar da mobilização. Retomando a palavra, o presidente Francisco Menezes propôs para a Comissão de conteúdo e metodologia que indiquem uma pessoa de cada instância para fazerem-se representar, visando que sejam estabelecidos alguns critérios. A conselheira Ana Lúcia defende sua posição dizendo que concorda com os critérios estabelecidos pelas comissões e instâncias afirmando que é um critério democrático. O presidente Francisco Menezes instalou a primeira reunião para a primeira semana de agosto nos dias um e dois. Em seguida, passou-se a palavra para a Dra. Tânia Cavalcante, secretária executiva do CONIQ apresentou o artigo O Brasil e a Convenção -

407 Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco falando sobre o  
408 tabagismo que é um dos principais problemas entre jovens e crianças. O objetivo é proteger  
409 gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais,  
410 econômicas geradas pelo consumo e exposição à fumaça do tabaco. A convenção tem a  
411 intenção de restringir o consumo. O presidente Francisco Menezes agradeceu a Sra. Tânia pela  
412 sua apresentação e que pode ser uma oportunidade planejada de inserir esta discussão no  
413 contexto da segurança alimentar e nutricional. Em seguida a Sra. Carmem falou sobre os  
414 acontecimentos na 32ª sessão do comitê de segurança alimentar da FAO, aonde serão  
415 discutidos e avaliados os dez anos, após a cúpula mundial de alimentação em 1996. Os  
416 assuntos abordados no ponto de vista brasileiro, a experiência do Fome Zero, a continuidade a  
417 declaração da conferência internacional sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural. O  
418 evento oficial será no dia 18 e 22 de setembro. **Manifestação sem identificação faz uma**  
419 **colocação, já tem pauta: a conferência com estas definições que a comissão**  
420 **organizadora vai apresentar.** Com a palavra, o Sr. Renato complementou a pauta com um  
421 evento de debate público, chamando os movimentos, representação de agricultores,  
422 consumidores e etc., e se possível um evento no mesmo dia com gestores de abastecimentos  
423 espalhados pelo Brasil para uma discussão mais técnica. **ENCERRAMENTO:** Sem mais a tratar,  
424 Francisco Menezes, Presidente do CONSEA, agradeceu a participação de todos na Reunião  
425 Ordinária do CONSEA, encerrando os trabalhos as (...). Em tempo, a presente reunião foi  
426 gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo  
427 Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de  
428 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais  
429 Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

430  
  
Brasília, 07 de Julho de 2006.

Francisco Menezes  
Presidente